



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

EMPRESA: CERTARE/AQUACON/INCIBRA (a se estabelecer em consorcio)

Processo Licitatório: 5476/2022

Referente à:

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022

DATA DA ABERTURA: 29 de setembro de 2022

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO; ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA; ESTUDO DE ENGENHARIA ECONÔMICA FINANCEIRA PARA MODELAGEM DA TARIFA DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL (ÁGUA E ESGOTO); LEVANTAMENTO DOS BENS REVERSÍVEIS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MINUTA DE EDITAL DE CONCESSÃO E SEUS ANEXOS.

A Empresa **CERTARE/AQUACON/INCIBRA (a se estabelecer em consorcio)** solicitou o seguinte esclarecimento:

(...)

“Prezados Senhores (as),

01_ Somos uma empresa brasileira e carioca, independente, de consultoria de engenharia, especializada em água e assuntos correlatos, com mais de 39 anos de participação assídua em projetos de infraestrutura, prioritariamente aqueles ligados à hidráulica e ao saneamento, tendo desenvolvido diversos estudos de concepção, de viabilidade, projetos básicos, projetos detalhados e projetos executivos para diversas unidades de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de indústrias, de geração hidroelétrica, de irrigação, de dragagens, modelagens hidráulicas por modelos computacionais, sistemas de automação, além de diagnósticos técnico-institucionais, de viabilidade econômico-financeira de empresas, estudos tarifários e de concessões correlatos a essas áreas, no Brasil e no exterior.

Nosso caminho, e nosso currículo, foi construído com muito trabalho e esforço e acreditamos que, por onde passamos, sempre deixamos uma boa imagem com nossos clientes, com nossos amigos, e com nossos parceiros profissionais, além de serviços bem realizados, do que muito nos orgulhamos.

02_ Recentemente tomamos conhecimento do edital em referência que trata de serviços de nossa especialidade, como se pode ver em nosso site <http://www.aquacon.com.br/empresa.html> por entendermos possuir todos os pré-requisitos necessários para prestar esses serviços com a máxima qualidade por tratar-se de um escopo que dominamos tecnicamente. sermos uma empresa local amplamente conhecida no mercado e esse ser nosso “core-business”.

03_ Entretanto, notamos que, embora seja um serviço de pequeno porte, são feitas exigências tão específicas, que, com todo o respeito, desanimam querer participar do processo seletivo. Nossa empresa foi uma das 8 (oito) empresas credenciadas pela CEF (Caixa econômica Federal) para financiar serviços dessa natureza, fomos habilitados a prestar serviços dessa natureza e participamos de todos os leilões promovidos pelo BNDES mas não conseguiremos nos habilitar com chances nesse edital como está.

04_ Entendemos que há mais de um tipo de equívocos nesse edital, para o que pedimos sua atenção e reconsideração na seleção / avaliação da experiência dos interessados:

04.01_ Tipo 01: refere-se a não querer aceitar atestados em nome dos responsáveis técnicos pelas empresas como bons para a pessoa jurídica. Ora, pela legislação que rege o setor de engenharia no Brasil, o sistema CONFEA-CREA, a atestação de uma empresa é a soma das atestações de seus responsáveis técnicos, portanto não se entende a não aceitação do atestado em nome do fundador e responsável técnico por uma pessoa jurídica, até porque, não fosse assim, nenhuma nova empresa poderia surgir no país. Resolução CONFEA Nº 1025 DE 30/10/2009 Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico. Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

04.02_ Tipo 02: Solicitar a retirada do requisito: "Elaboração de Edital para Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário" Tal requisito entende-se ser responsabilidade da própria administração Pública sendo pouquíssimas empresas detentoras de tal atestação

04.03_ Tipo 03 a natureza dos serviços solicitados deve incluir pessoal da área jurídica e econômica que não são vinculados ao CREA, como solucionar isso por esse edital? Certos de sua compreensão para com nossos motivos, pleiteamos que o edital seja revisto de forma que fique subordinado aos limites da discricionariedade para que, não acarrete resultados contra o interesse público: contar com o maior número de participantes habilitados para melhor poder escolher".

Em **RESPOSTA** ao pedido de esclarecimento feito por essa empresa foram realizados os praxes necessários, e enviado a Secretaria solicitante, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que respondeu:

"

(...)

Considerando a solicitação de esclarecimento do Sr. *Ricardo de Noronha Viegas*, representante das empresas *Certare/Aquacon/Incibra (a se estabelecer em consórcio)*, apresentamos abaixo as seguintes informações:

1. O Atestado de Capacidade Técnica é um documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tem como objetivo comprovar que determinada empresa possui aptidão profissional e/ou operacional para a prestação de determinado serviço ou para o fornecimento de um bem específico, conforme previsto no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993 (Orientação Normativa nº 6, de 24 de setembro e 2018 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/Secretaria Executiva/Diretoria de Gestão Interna).

A Resolução CONFEA 1.025/2009, em seu art. 55, afirma que:

Art.55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico. (grifo nosso)

Portanto, a exigência de comprovação da experiência da empresa licitante encontra-se em conformidade com a legislação e demais normas resolutivas, sendo um requisito passível de atendimento.

2. O art. 6º, inciso II da Lei 8.666/93 que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública, afirma que:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

I –

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de **interesse para a Administração**, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou **trabalhos técnico-profissionais**;

(grifo nosso)

Portanto, a elaboração do Produto 11 (Edital de Concessão e seus anexos) referente ao Edital da Tomada de Preços nº 007/2022 é um serviço de **interesse da administração pública**, estando em total conformidade legal.

3. A certidão de acervo técnico de cada profissional do quadro técnico será expedida para os profissionais registrados no CREA/CAU”.

Diante do pronunciamento da Secretaria de Meio Ambiente, esta Comissão, acatando a resposta da Comissão Avaliadora do Certame Licitatório, toma conhecimento do pedido de esclarecimento, responde os devidos questionamentos, permanecendo a Tomada de Preços nº 007/2022 permanece dia 29/09/2022, às 10 horas. O edital foi publicado nos veículos de comunicação, no Diário Oficial do Município (20/07/2022), no jornal de grande circulação (21/07/2022, Extra-Globo), Diário Oficial da União (21/07/2022). Informo que a resposta ao pedido de esclarecimento encontram-se disponíveis para download na página da prefeitura, link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, no Diário Oficial do Município e no portal da transparência, bem como, deverá ser dado ciência a empresa via e-mail.

São José do Vale do Rio Preto, em 13 de setembro de 2022

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

REGIS SILVEIRA DA SILVA

Membro CPL

EVERTON FERREIRA MACHADO

Membro CPL